



Prefeitura Municipal do Natal
Secretaria do Gabinete do Prefeito

CONCIDADE NATAL

**RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DA CIDADE DO
NATAL**



NATAL/RN
2013

PREFEITO

Carlos Eduardo Nunes Alves

Secretário Chefe do Gabinete do Prefeito

Sávio Ximenes Hackradt

Secretária Municipal de Planejamento Orçamento e Finanças

Maria Virgínia Ferreira Lopes

Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica

José Dionísio Gomes da Silva

Secretária Municipal de Tributação

Aíla Maria Ramalho Cortez de Oliveira

Procurador Geral do Município

Carlos Santa Rosa D'Albuquerque Castim

Controlador Geral do Município

Fábio Sarinho Paiva

Secretária Municipal de Educação

Justina Iva de Araújo Silva

Secretário Municipal de Saúde

Cipriano Maia de Vasconcelos

Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social

Ilzamar Silva Pereira

Secretária Municipal de Segurança e Defesa Social

Osair José Vasconcelos de Medeiros

Secretário Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

Fernando Bezerril de Araújo

Secretária Municipal de Mobilidade Urbana

Elequicina Maria dos Santos

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Marcelo Toscano

Secretário Municipal de Serviços Urbanos

Raniere de Medeiros Barbosa

Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura

Tomaz Pereira de Araújo Neto

Secretário Municipal da Juventude, do Esporte e do Lazer e Copa do Mundo da FIFA 2014

Luiz Eduardo Machado Pereira

Presidente da Fundação Cultural Capitania das Artes

Dácio Freitas Galvão

Diretor Presidente da Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal

Elias Nunes

Presidente da Companhia de Serviços Urbanos de Natal

Jonny Araújo da Costa

Secretário Municipal de Habitação Social, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes

Homero Grec Cruz Sá

Secretário da Assessoria de Comunicação Social

Heverton Santos Freitas

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO
Juliana Rocha de Azevedo da Costa
Secretária Executiva do ConCidade Natal

CONSELHO DA CIDADE DO NATAL - CONCIDADE

Carlos Eduardo Nunes Alves
PRESIDENTE

Juliana Rocha de Azevedo da Costa
SECRETÁRIA EXECUTIVA

CONSELHEIROS

Justina Iva de Araújo Silva
José Cleber Azevedo Diniz;
Fernando Bezerril de Araújo
Luiz Eduardo Machado Pereira;
Raniere de Medeiros Barbosa
Ilzamar Silva Pereira
Dácio Tavares de Freitas Galvão
Jonny Araújo da Costa
Elequicina Maria dos Santos
Walter Pedro da Silva;
Rogério Bezerra Mariz;
Maria das Graças Madruga;
Homero Grec Cruz Sá;
Albert Josué Neto;
Marcelo Saldanha Toscano;
Daniel Nicolau de A. Vasconcelos Pinheiro;
Maria Virginia Ferreira Lopes
Márcia Aparecida Sousa da Silva
Carlos Santa Rosa D'Albuquerque Castim
Cássia Bulhões de Souza;
Elias Nunes
Aristotelino Monteiro Ferreira;
Vinícios de Oliveira Andrade
Maurício Gurgel
George Luiz Rocha da Câmara
Romualdo Teixeira Cosme
Marcos Antonio Ribeiro
Maurilio de Medeiros Lucena
Tatiana Moritz
Ruth Maria da Costa Ataíde
Maria Amélia de Lima Freire
Diego Eisenhower Amaro da Costa

Décio Gomes Santiago
Sérgio Henrique Andrade de Azevedo
Soraya Godeiro Massud
Italo Andrade de Souza
José Leoniça de Lima Freire
Sergio Meneses
Milklei Leite de Farias
Francisco Constantino Sobrinho
Josemberto Lucas Pontes
Jair Marinho Cota
Carlos Antônio de Oliveira Barbosa
Soanne Paula de Oliveira
Renan Trindade dos Reis
Pedro Celestino Dantas Júnior
Pedro Fagundes da Silva
Veridiano Leocádio da Silva
Magda Alexandre
Maria das Neves Valentim
Maria Socorro Batista do Macedo

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Constituição Brasileira de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, trouxe em sua essência o incentivo à participação popular nas questões do dia a dia, notadamente quanto aos rumos do desenvolvimento das cidades, tornando o cidadão o principal ator social.

Pouco mais de 25 anos após sua aprovação, foram criados/reorganizados vários Conselhos representativos da sociedade, instâncias para discussão, fiscalização e encaminhamento de propostas em vários campos: Infância e juventude, direitos da mulher, desenvolvimento urbano das cidades, Saneamento Básico, Assistência Social e tantos outros.

Hoje, nenhum plano de desenvolvimento no País poderá ser elaborado sem a participação da população. No município de Natal não é diferente, muito pelo contrário, somos conscientes da riqueza que representa o conhecimento e as atitudes do nosso povo.

Cada projeto de desenvolvimento urbano em Natal, seja na área de habitação de interesse social, de mobilidade urbana, de urbanização integrada, de saneamento básico ou de regularização fundiária é iniciado sem que tenhamos aprovado um projeto técnico e social específico em que a tônica é a discussão das reais necessidades de todos. Essas discussões ganham corpo e representatividade nos conselhos, e neste sentido o Conselho da Cidade – ConCidade Natal tem um importante papel nesta articulação cidadão-governo. Nosso compromisso de cumprir um papel incisivo na construção de uma gestão democrática no Município de Natal se traduz no desejo de ver Natal, como uma cidade melhor a cada dia e, que sua população, tenha de fato, seu Direito à Cidade assegurado.

Assim, neste ano de 2013, a Prefeitura Municipal do Natal, atenta aos seus compromissos com a população, reativou e reorganizou o ConCidade, mantendo-o como órgão vinculado diretamente à Secretaria do Gabinete do Prefeito, além de homologar e publicar seu Regimento Interno. O ConCidade é um órgão articulador das Políticas Públicas voltadas para o desenvolvimento urbano da nossa capital.

O ConCidade de Natal trabalha na busca de democratizar o planejamento urbano e de oferecer uma maior transparência orçamentária e de participação nas decisões das prioridades dos investimentos públicos.

Carlos Eduardo Nunes Alves

SUMÁRIO

Apresentação	06
Plano de Trabalho e Atividades desenvolvidas	07
5ª Conferência das Cidades – Etapa Municipal	14
Resultados	21

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar o resumo das atividades desenvolvidas pelo Conselho da Cidade do Natal - ConCidade, durante o ano de 2013. O ConCidade, vinculado à Secretaria do Gabinete do Prefeito – SEGAP, é um órgão integrante do Sistema de Planejamento e Gestão Urbana do Município, e tem por principal objetivo a articulação de políticas de desenvolvimento urbano sustentável, com ampla participação da sociedade. De acordo com o Art. 2º da Lei Nº 6.013 de 09 de dezembro de 2009, o Conselho da Cidade do Natal é um órgão de natureza permanente, consultivo e deliberativo, destinado à fiscalização, estudo, análise, proposição e aprovação das diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade, promovendo a compatibilização e a integração do planejamento e com as ações de gestão do solo urbano, saneamento ambiental e mobilização urbana. Atualmente, o conselho conta com a participação de 52 membros titulares e 52 suplentes.

No ano de 2013, o ConCidade Natal retomou suas atividades em três frentes de atuação:

- Reorganização do grupo de conselheiros representantes do Poder Executivo Municipal, com a nomeação de 23 novos membros titulares e seus suplentes;
- Aprovação e implementação do seu Regimento Interno; e
- Organização e realização da Etapa Municipal da 5ª Conferência das Cidades.

O expediente do Conselho passou para a responsabilidade da Secretária Executiva, Juliana Rocha de Azevedo da Costa, servidora pública municipal. Provisoriamente o Conselho encontra-se instalado na Sede da Secretaria Municipal de Habitação Social, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE, localizada à Rua Campos Sales nº 867 - Tirol - Natal/RN.

As discussões do Conselho aconteceram durante as reuniões que totalizaram, sendo 07 extraordinárias e 03 ordinárias, num total de 10, bem como na Etapa Municipal da 5ª Conferência das Cidades, cujo tema central foi “*Quem muda a cidade somos nós, reforma urbana já*”. Esta etapa proporcionou a participação de todos os segmentos da sociedade em Natal representados por 89 delegados, dos quais, após um processo de eleição, 40 foram eleitos para representar o município

na Conferência Estadual. O tema central: *Quem muda a cidade somos nós. Reforma urbana já!*, trouxe em seu arcabouço os subtemas:

- Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano; e
- Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

O ConCidade encerra suas atividades no ano de 2013 com a publicação deste relatório e organiza-se para as atividades do ano 2014 – ano da Copa do Mundo no Brasil.

PLANO DE TRABALHO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

AÇÕES/ATIVIDADES	DETALHAMENTO	SITUAÇÃO, PERÍODO E CONTROLE
FEVEREIRO		
1 Nomeação dos novos conselheiros, representantes do Poder Executivo Municipal	1.1 Foi realizada a indicação dos secretários representantes das pastas de acordo com Lei nº 6.013 de 09/12/2009	1.1.1 Publicação no Diário Oficial do Município em 21 de fevereiro de 2013, a partir da Portaria Nº 017/2013 GP.
		1.1.2 Foram nomeados 23 conselheiros titulares e seus 23 suplentes
2 Realização da 1ª Assembleia Geral Extraordinária do ConCidade em 21 de fevereiro de 2013	2.1 Publicação do edital de convocação no DOM de 19/02/2013 2.2 Pauta: Apresentação dos Novos Conselheiros; Informações à respeito da realização da 5ª Conferência das Cidades; Escolha da Comissão Preparatória para a 5ª Conferência das Cidades; Definição da data da próxima reunião do Conselho.	2.1.1 Nesta reunião foram retomados os trabalhos do ConCidade Natal, parados desde novembro de 2012.
3 Processo de realização da 5ª Conferência das Cidades – Etapa Municipal	3.1 Convocação, através do Decreto Nº 9.894 de 21 de fevereiro de 2013 [...] Art. 1º, da 5ª Conferência da Cidade do Natal-RN, a ser realizada (a princípio) nos dias 23 e 24 de maio de 2013.	3.1.1 Publicação no Diário Oficial de 22 de fevereiro de 2013
		3.1.2 O Decreto convoca a Conferência, uma Pré-conferência e define o quantitativo das representações por segmento e informa de outras providências.
		3.1.3 A convocação da Pré-Conferência, aconteceu no DOM em 24/05/2013 através da Resolução Nº 002/2013.

MARÇO		
<p>4 Em 07 de março - realização da 2ª Assembleia Geral Extraordinária do ConCidade do ano de 2013</p>	<p>4.1 Publicação do edital de convocação no DOM de 07/03/2013</p> <p>4.2 Pauta: Leitura e aprovação da ata anterior; Discussão e aprovação do Regimento Interno do ConCidade;</p> <p>Escolha da Comissão Preparatória para a 5ª Conferência das Cidades;</p> <p>Discussão acerca do processo de escolha do Vice-presidente</p>	<p>4.1.1 Nesta reunião foi discutido e aprovado o Regimento Interno deste Conselho. Homologado no DOM em 16 de julho de 2013, a partir da Resolução 004/2013 ConCidade.</p>
<p>Em 12 de março - realização da 3ª Assembleia Geral Extraordinária do ConCidade do ano de 2013</p>	<p>4.3 Publicação do edital de convocação no DOM de 12/03/2013</p> <p>4.4 Pauta: Leitura e aprovação da ata anterior; Escolha da Comissão Preparatória para a 5ª Conferência das Cidades;</p> <p>Discussão sobre as intervenções na malha viária de Natal;</p> <p>Discussão acerca do processo de escolha do Vice-presidente</p>	<p>4.2.1 É definida a comissão preparatória para a 5ª Conferência das Cidades, publicada através da Resolução Nº 001/2013 publicada no DOM de 25 de maio de 2013.</p>
ABRIL		
<p>5 Em 12 de abril - realização da 4ª Assembleia Geral Extraordinária do ConCidade do ano de 2013.</p>	<p>5.1 Publicação do edital de convocação no DOM de 06/04/2013</p> <p>5.2 Pauta: Relato sobre as intervenções na malha viária urbana da Cidade de Natal</p>	<p>5.1.1 Na reunião de 12 de abril, as Secretarias do Município e do Estado tiveram a oportunidade de apresentar neste conselho as intervenções na malha viária por ocasião da Copa do Mundo de 2014.</p>

<p>Em 24 de abril - realização da 5ª Assembleia Geral Extraordinária do ConCidade do ano de 2013</p>	<p>5.3 Publicação do edital de convocação no DOM de 16/04/2013</p> <p>5.4 Pauta: Apresentação pela SEMPLA da Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Diretrizes Orçamentárias -2014</p>	<p>5.2.1 Na reunião de 24 de abril, ocorreu a apresentação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.</p>
<p>Em 26 de abril - realização da 6ª Assembleia Geral Extraordinária do ConCidade do ano de 2013</p>	<p>5.5 Publicação do edital de convocação no DOM de 24/04/2013</p> <p>5.6 Pauta: Definição da Comissão Preparatória para a 5ª Conferência das Cidades; Discussão acerca do processo de escolha do Vice-presidente</p>	<p>5.3.1 Na reunião de 26 de abril, sem quórum para deliberar, foi apresentado o relato das condições dos ambulantes da orla de Ponta Negra sobre as intervenções realizadas pela Prefeitura contenção do avanço do mar sobre o calçadão.</p>
<p>MAIO</p>		
<p>6 Publicação de documentos no DOM</p>	<p>6.1 Resolução Nº 001/2013 - ConCidade</p>	<p>6.1.1 Institui a Comissão Preparatória para 5ª Conferência das Cidades Etapa Municipal.</p>
	<p>6.2 Resolução Nº 002/2013 – ConCidade</p>	<p>6.2.1 Fica convocada a Pré-Conferência da 5ª Conferência da Cidade do Natal, a realizar-se no dia 11 de junho de 2013, no Auditório do Centro Municipal de Referência em Educação Aluízio Alves – CEMURE, situado na Avenida Coronel Estevam, nº 3705 – Nazaré – Natal/RN</p>
	<p>6.3 Portaria Nº 043/2013 - SEGAP</p>	<p>6.3.1 Disponibilizar a servidora da Secretaria Municipal de Educação JULIANA ROCHA DE AZEVEDO , Matrícula nº 31691-1, para prestar serviços de apoio ao ConCidade/Natal, na condição de Secretária-Executiva daquele Conselho</p>

	6.4 Resolução Nº 003/2013 - ConCidade	6.4.1 Nova convocação da 5ª Conferência das Cidades – Etapa Municipal Natal, para os dias 19 e 20/06/2013 no auditório da Faculdade Estácio de Natal - Alexandrino.
JUNHO		
7 Pré-conferência para 5ª Conferência das Cidades – Etapa Municipal Natal.	7.1 Realização de reuniões com a Comissão Preparatória a fim de definir os processos 7.2 Organização do evento 7.3 Realização do evento.	7.1.1 Foram realizadas 02 reuniões com a Comissão Preparatória. 7.2.1 Convocação da equipe para trabalhar no evento, divulgação nos meios de comunicação, impressão de material, reserva do espaço e logística do processo. 7.3.1 A pré-conferência foi realizada no dia 11 de junho de 2013, no Auditório do Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves – CEMURE. O evento contou com a presença de 196 participantes e nela foram eleitos os delegados dos movimentos sociais para a 5ª Conferência.
8 5ª Conferência das Cidades Etapa Municipal Natal	8.1 Organização	8.1.1 Convocação da equipe para trabalhar no evento, divulgação nos meios de comunicação, impressão de material, reserva do espaço e logística do processo.
	8.2 Realização	8.2.1 A Conferência foi realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013, no Auditório da Faculdade Estácio de Natal – Alexandrino. Na ocasião, os

		86 delegados organizaram-se em grupos de trabalho para debater os subtemas e desenvolver propostas para a etapa estadual da Conferência.
	8.3 Elaboração do Relatório para ser enviado à coordenação da etapa estadual da 5ª Conferência das Cidades	8.3.1 Primeira etapa do processo: preenchimento das fichas dos 40 delegados eleitos e seus suplentes.
JULHO		
9 Elaboração do Relatório da Conferência das Cidades Etapa Municipal Natal	9.1 Continuidade do Processo	9.1.1 Organização do texto final com as propostas discutidas durante a etapa municipal da conferência.
		9.1.2 Preenchimento do formulário eletrônico do Ministério das Cidades com as informações e registro da etapa municipal da conferência.
10 Publicação no Diário Oficial do Município do Regimento Interno do Conselho da Cidade do Natal	10. 1 Data da publicação no DOM 16 de julho de 2013.	10.1.1 A partir desta data entra em vigor oficialmente o regimento interno do ConCidade.
11 Realização da 1ª Assembleia Geral Ordinária do ConCidade de 2013	11.1 Publicação do edital de convocação no DOM de 22/07/2013 11.2 Pauta: Leitura e aprovação das atas; Apresentação das propostas e moção aprovadas na 5ª Conferência das Cidades – etapa municipal; aprovação do regulamento para eleição do vice-presidente do ConCidade Natal	11.1.1 A reunião, realizada no dia 31/07/13, cumpriu sua proposta de prestação de contas dos resultados da 5ª Conferência. Foi levantada ainda a necessidade de ser retomado o processo das ZPAs e organizada a pauta da próxima reunião ordinária.
AGOSTO		
12 Realização da 2ª Assembleia Geral Ordinária do ConCidade de 2013	12.1 Publicação do edital de convocação no DOM de 16/08/2013	12.1.1 Nesta reunião, realizada em 30/08/2013, foram apresentados o Plano Municipal de Resíduos Sólidos e o <i>status quo</i> do processo de

	12.2 Pauta: Recomposição do ConCidade; novo calendário de reuniões ordinárias; edital de eleição do vice-presidente, apresentação do plano municipal de resíduos sólidos; informes sobre a regulamentação das ZPAs.	regulamentação da ZPA Nº 10.
13 Estudo sobre os documentos e composição dos ConCidades das Cidades brasileiras	13.1 Levantamento das informações disponibilizadas na Internet acerca dos conselhos brasileiros	13.1.1 Composição de um relatório sobre a realidade de funcionamento e composição dos conselhos brasileiros.
	13.2 Publicação de atas	13.1.2 Publicação das atas referentes as reuniões de: Fevereiro, março, abril, maio.
SETEMBRO		
14 Realização da Etapa Estadual da Conferência das Cidades - RN	14.1 Representação municipal durante a etapa estadual da 5ª Conferência das Cidades.	14.1.1 No período de 18 e 19 de setembro, ocorreu na Escola de Governo do Centro Administrativo a etapa estadual da 5ª Conferência Estadual das Cidades, e a cidade do Natal, enviou 40 representantes para discutir os temas propostos no evento. Ao término, dos representantes de Natal, 03 foram eleitos delegados para participar da etapa nacional da Conferência.
15 Atividades internas do Conselho	15.1 Organização de documentação	15.1 Foi realizado o levantamento da documentação (Leis e Regimentos) referente aos conselhos COMPLAN, COMSAB, CONHABINS, CMTTU e COMCIT
OUTUBRO		
16 Realização da 3ª Assembleia Geral Ordinária do ConCidade de 2013	16.1 Publicação do edital de convocação no DOM de 11/10/2013 16.2 Pauta: Calendário de reuniões; edital de eleição do vice-presidente; definição da	16.1.1 A última reunião do ConCidade Natal do ano de 2013, ocorreu no dia 29/10/2013, e pelo pequeno quórum presente debateu-se sobre a possibilidade de rever e reorganizar o

	comissão técnica para análise do Projeto de Lei referente a ZPA N° 10.	ConCidade, quanto ao número de participantes e ao fluxo dos processos.
NOVEMBRO		
17 Atividades internas do Conselho	17.1 Organização de documentação	17.1.1 Levantamento das publicações e documentação geral do ConCidade.
		17.1.2 Levantamento das presenças dos conselheiros nas reuniões do ano de 2013.
		17.1.3 Confecção dos certificados dos delegados que participaram da etapa municipal da Conferência das Cidades.
DEZEMBRO		
18 Produção do Relatório das atividades do ano de 2013	18.1 Levantamento das atividades realizadas no Conselho no ano de 2013.	18.1.1 Produção, confecção e divulgação do relatório anual do Conselho.
19 Fechamento das atividades do conselho e recesso interno	19.1. Impressão dos certificados de participação na etapa municipal da Conferência das Cidades.	19.1.1 Impressão dos certificados.

5ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES – ETAPA NATAL



A etapa municipal da 5ª Conferência das Cidades começou a ser gestada em fevereiro do corrente ano e materializada no mês de junho, com ampla participação dos Conselheiros, delegados natos e da comunidade, através dos seus delegados eleitos. Para viabilização do evento, foi composta uma comissão preparatória, oficializada no DOM através da Resolução Nº 001/2013 ConCidade de 25 de maio, coordenada pelo Sr. Albert Josué Neto, conselheiro e Secretário Adjunto da SEHARPE. Participando da comissão preparatória estiveram os seguintes conselheiros: o Vereador George Câmara a Sra. Márcia Aparecida de Sousa – representante da SEMPLA, Marcos Antônio Ribeiro – representante do MLB, Dra Marise Costa de Souza Duarte – representante da Procuradoria Geral do Município, a Sra. Rosa de Fátima Soares de Souza – representante da SEHARPE, os Srs. Jair Marinho Cota e Francisco Constantino Sobrinho – representantes dos movimentos sociais, a Sra. Maria Amélia Freire, representando a CONAN, o Sr. Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva – representante da UFRN e Ítalo Andrade de Souza - representante do Horto Florestal.

O evento aconteceu em dois momentos específicos: o primeiro, de caráter preparatório foi intitulado de Pré-conferência, convocado pela Resolução Nº 002/2013 – ConCidade no DOM, e realizado no dia 11 de junho de 2013, no Auditório do Centro Municipal de Referência em Educação Aluizio Alves – CEMURE, situado na Avenida Coronel Estevam, nº 3705 – Nazaré – Natal/RN. A Pré-conferência contou com a participação de todos os segmentos da sociedade e seu objetivo foi consolidado - apresentar o tema de discussão da 5ª Conferência e tornar a participação na Conferência, um processo democrático. O auditório do CEMURE recebeu 200 participantes e dali saíram 89 delegados para participar da 5ª Conferência Municipal. Na ocasião, os conselheiros, Vereador George Câmara e Albert Josué Neto proferiram palestras de orientação acerca do tema e da lógica de funcionamento da Conferência.

Nos dias 19 e 20 de junho de 2013, realizou-se, no auditório da Faculdade Estácio de Natal – Unidade Alexandrino, a 5ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pela Prefeitura Municipal de Natal através da Resolução Nº 003/2013 -

ConCidade. Amplamente divulgada, a conferência foi notícia na página da Prefeitura do Natal em rádios, emissoras de TV e jornais.

A abertura do evento, na noite do dia 19 de junho de 2013, contou com a presença do Prefeito da Cidade e presidente do ConCidade Natal, Sr. Carlos Eduardo Nunes Alves, de vários secretários municipais envolvidos com a gestão urbana, e da coordenadora da 5ª Conferência em nível estadual, a Sra. Ivani Xavier.

Na abertura do evento os participantes assistiram a apresentação do Coral da CAERN. Fazendo parte da mesa, estiveram: o Prefeito da Cidade e presidente do Conselho, o Sr. Carlos Eduardo Nunes Alves; o Secretário Chefe da Casa Civil, o Sr Sávio Ximenes Hackradt; o Sr. Yuri Giustina – Diretor de Planejamento do Ministério das Cidades; o Sr. Albert Josué Neto, conselheiro e coordenador da Comissão Preparatória para 5ª Conferência Municipal, o vereador Sr. George Câmara e o Representante dos Movimentos Populares Wellington Bernardo. A palestra de abertura com o tema: *Quem muda a cidade somos nós, reforma urbana já!*, foi proferida pelo Sr. Yuri Giustina – Diretor de Planejamento do



Figura 1: Abertura da 5ª Conferência Municipal das Cidades – Natal
Foto: Secom Natal



Figura 2: Palestra com o Diretor de Planejamento do Ministério das Cidades – Sr. Yuri Giustina
Foto: Secom Natal

Ministério das Cidades. Estiveram presentes, além das autoridades do executivo municipal, os representantes dos movimentos sociais e demais segmentos representativos, como Organizações Não Governamentais, Entidades Acadêmicas e Entidades de Trabalhadores.

Contando com a parceria da Faculdade Estácio de Natal, oferecendo a sede do evento – auditório e salas de aula, do Banco do Brasil, no fornecimento do material durante o credenciamento, e da FIERN no fornecimento do almoço dos participantes, o evento contou com a participação de 89 participantes.

O evento teve continuidade durante todo o dia seguinte, e metodologia aplicada permitiu a divisão das atividades em três momentos:

- Leitura, estudo e aprovação do Regimento da Conferência;
- Divisão dos participantes em Grupos de Trabalho, de acordo com o tema de interesse;
- Eleição dos delegados para participação na Etapa Estadual.

O procedimento para estudo do texto base e discussão dos temas, obedeceu a seguinte ordem:

1ª parte: Texto Base Nacional. – Os participantes dividiram-se de acordo com a área de interesse, dentro dos quatro grandes temas relacionados diretamente ao SNDU (Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano)

- Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

Nestes grupos o resultado se constituiu na criação da Emenda aditiva:

Nessa proposta deverão os municípios ser estimulados a instituírem, no seu âmbito interno, uma instância de integração entre suas políticas setoriais, de modo a se integrar às questões e políticas de caráter metropolitano.

E ainda de novas propostas

As Políticas e editais de financiamento para ações de desenvolvimento urbano, devem ser exclusivamente de formato metropolitano, na forma de Consórcio;

A integração do sistema de mobilidade metropolitano deve ser estruturado com um sistema de transporte intermodal com tarifa ÚNICA

Convocação e organização, a cada três anos Conferências integradas de âmbito metropolitano, com objetivos de discussão de temas tipicamente urbanos,

Os planos e projetos de mobilidade devem, obrigatoriamente, privilegiar o transporte público em detrimento do transporte privado .

2ª parte: Texto de Apresentação das Prioridades do Ministério das Cidades para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016, no qual os participantes poderiam elaborar até 10 propostas. Neste grupo as propostas corresponderam a:

Proposta nº1

Criação de um fórum interativo permanente entre Poder Público e sociedade civil para o efetivo controle social, quanto à aplicação dos recursos públicos, a concretização do planejamento participativo e a ampliação do processo de participação social.

Proposta nº2

Aplicação dos recursos do Fundo de Urbanização na melhoria dos assentamentos urbanos seja de áreas recém ocupadas (loteamentos), seja de áreas densamente povoadas (regularização fundiária), observando a instalação de escolas, praças, parques e postos de saúde.

Proposta nº3

Destinação de recursos do Orçamento da União para o custeio das ações de desenvolvimento urbano, em especial as que envolvem a simplificação do acesso aos recursos financeiros disponíveis, seu controle e transparência – garantindo a participação popular.

Proposta nº4

Prioridade a investimentos em obras e projetos urbanos que estejam focalizados em populações em situação de pobreza, risco social e ambiental.

Proposta nº5

Promoção de estudos e debates com vistas à elaboração e efetivação de instrumentos de integração territorial, em especial os consórcios públicos nos campos da mobilidade, habitação, saneamento e proteção ambiental.

Proposta nº6

Orientação no sentido de que os Conselhos Metropolitanos passem a ter a responsabilidade de apreciar os convênios dos municípios da região metropolitana com a União.

Proposta nº7

Fomento para ações de infraestrutura de mobilidade que integrem efetivamente o transporte coletivo, o automóvel individual, ciclistas e pedestres.

Proposta nº8

Proposição no sentido de que o Governo Federal garanta a disponibilização de recursos financeiros para a elaboração e implementação de Plano Diretor Participativo e Planos Setoriais do Desenvolvimento Urbano e Rural, nos municípios até 20.000 habitantes.

Proposta nº9

Ampliação de recursos orçamentários para implementar políticas de apoio à elaboração de planos diretores participativos, regularização fundiária, prevenção de riscos e reabilitação de áreas degradadas, bem como para realização de capacitação de técnicos municipais e lideranças comunitárias envolvidas com a efetivação dos instrumentos do Estatuto da Cidade nos municípios.

Proposta nº10

Proposição, ao Poder Legislativo, de criação de Varas Especiais para tratar das questões da promoção da regularização fundiária para fins de interesse social.

3ª parte: Texto de Apresentação para Discussão das Prioridades Municipais e Estaduais (incluindo o Distrito Federal) para a Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016.



Figura 3– Atuação dos grupos de trabalhos do Texto Base
Foto: Juliana Rocha

Neste grupo foram criadas as seguintes propostas de prioridades do município de Natal para a política de desenvolvimento urbano:

Instituir a nível local legislação que cumpra o determinado na Lei Federal 11.888/08 de modo a promover a criação de assessorias técnicas comunitárias nos bairros [...];

Estabelecer planos, programas e projetos de urbanização nos bairros da cidade, com prioridade para as áreas mais periféricas ou de interesse social – em destaque no grupo: Vila de Ponta Negra, Planalto, Guarapes e Alecrim;

Observar na aplicação das obras e planos a dinâmica social e econômica dos bairros, valorizando áreas de forte demanda comercial e de serviços e, investindo em infraestrutura básica às comunidades mais vulneráveis socialmente, [...];

Incentivar a formação de pólos locais de desenvolvimento local, estimulando – pela melhoria nas condições de mobilidade e acessibilidade – o emprego e renda local, evitando o movimento pendular entre os bairros e os congestionamentos;

Os recursos do Fundo de Urbanização devem estar destinados especificamente à execução dos Planos e Programas setoriais (habitação, mobilidade, saneamento), como forma de vincular o planejamento à gestão;

Fortalecer no Plano Diretor o Fundo de Desenvolvimento Urbano municipal que permita estabelecer essa articulação com o Plano Nacional, a partir das receitas orçamentárias, tributárias, de transferência ou de recuperação de investimentos;

Articular os demais conselhos (habitação, saneamento, transportes, saúde, educação, etc.) para participarem do debate aberto pelo Conselho municipal de desenvolvimento urbano – encaminhamento projetos de interesse comum;

Definir os mecanismos de gestão desses Fundos, valorizando os recursos e capacidades naturais, inclusive tecnologias e espaços produzidos, incluindo os recursos humanos, sociais e políticos;

Promover um Plano de Investimentos anual e decenal de desenvolvimento urbano, com a elaboração de metas e objetivos, apontando as áreas prioritárias de intervenção levando em consideração o grau de interesse social e coletivo;

Assegurar – com financiamento do FMHIS – o apoio à Assistência Técnica as comunidades de baixa renda, conforme Lei Federal n. 11.888/08;

Ampliar o apoio social às famílias de ganho de até 01 Salário Mínimo para reforma e melhoria das suas moradias, seja com subsídios diretos ou material de construção obtidos por meio da aplicação das compensações ambientais ou dos fundos setoriais;

Ampliar os programas e projetos para aquisição de terrenos, regularização fundiária por meio da aplicação dos Instrumentos fiscais e tributários, expressos no Plano Diretor;

Assegurar a aplicação de no mínimo 1,5% do Orçamento municipal anual no Fundo de Desenvolvimento Urbano;

Adotar uma política de aumento da arrecadação tributária, investimento da modernização do cadastro imobiliário e cobrança justa da valorização da terra – estabelecer como meta 100% dos imóveis cadastrados em Natal nos próximos quatro anos;

Aplicar o instrumento Contribuição de Melhoria em obras que gerem alta valorização imobiliária em curto espaço de tempo, combatendo a retenção de preços especulativos;

Priorizar a melhoria da capacitação técnica dos servidores municipais – voltados para as áreas de Urbanização, Paisagismo, Saneamento, Meio Ambiente e Habitação – promovendo oficinas técnicas, cursos de qualificação acadêmica e profissional, com ferramentas específicas da área de atuação dos servidores municipais;

Fortalecer os Conselhos setoriais e o Conselho das Cidades com prestação de contas anual sobre o investimento realizado em Desenvolvimento Urbano;

Instituir a nível local legislação que cumpra o determinado na Lei Federal 11.888/08 de modo a promover a criação de assessorias técnicas comunitárias nos bairros para articulação dos problemas urbanos com soluções efetivas, sem necessariamente se constituir como órgão Público, com financiamento garantido do FURB;

Avaliar o nível de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da RM Natal (2006), promover sua discussão e atualização do Plano, de modo a possibilitar sua implementação e operacionalização;

Aumentar o efetivo dos cargos concursados e com a redução de cargos comissionados assegurando a continuidade administrativa na implementação das ações setoriais e intersetores no âmbito Municipal, Estadual e Regional;

Instituir, no âmbito interno do Município, uma instância de integração entre suas políticas setoriais, de modo a se integrar às questões e políticas de caráter metropolitano;

Fazer com que todos os projetos de mobilidades urbana no território da cidade sejam orientados pela Política e pelo Plano Diretor de Mobilidade Urbana

Fazer funcionar os sistemas de planejamento e gestão democrática, onde deverão ser discutidas questões essenciais. Ex: transportes públicos – CMTTU;

Que o CONCIDADES como conselho maior das políticas urbanas do Município, cobre dos demais Conselhos relatórios mensais das ações discutidas e que o próprio CONCIDADES dê publicidade a toda comunidade das decisões e propostas que estão em discussão em todos os conselhos;

Reconhecer e regulamentar dotando de infraestrutura urbana as áreas com vocação rural na região metropolitana;

Promover a desapropriação de imóveis (terrenos e prédios) em áreas dotadas de infraestrutura, que não cumpram a sua função social, conforme preconiza o Plano Diretor;

Criação de banco de terras (públicas e privadas), que contemple a utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade e plano diretor, de forma que se possa promover a função social dos imóveis (União, estado e município) e utilização em programas de habitação de interesse social, construção de equipamentos públicos e áreas preservação ambiental;

Não revisar o Plano Diretor, enquanto não forem regulamentados os instrumentos de gestão nele incorporados;

Estabelecer cronograma de metas e prazos para criação do SEDU (Sistema estadual de Desenvolvimento Urbano) e SMDU (Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano);

Criação de Varas Especiais e Específicas para tratar das questões da promoção da regularização fundiária;

Que o CONCIDADE-NATAL e CONCIDADE RN efetivamente funcione e deliberem fiscalizando e propondo ações para avançar na direção da construção dos sistemas de Desenvolvimento Urbano (SNDU, SMDU e SEDU), bem como cobrar as ações propostas e deliberadas nas conferências das cidades e fóruns populares do orçamento participativo.

Após a eleição foi lida a MOÇÃO Contra a realização da obra na Av. Eng. Roberto Freire, dos 89 participantes, 56 assinaram a moção (ou seja, 65,11%):

“A 5ª Conferência Municipal da Cidade do Natal, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 2013, se posiciona contra a realização da obra de intervenção, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, na Av. Eng. Roberto Freire, em Natal, por entender que se trata de um grande volume de recursos financeiros concentrados em apenas uma obra, beneficiando apenas um corredor da cidade, recursos estes que poderiam ser utilizados de forma melhor distribuída para intervenção na mobilidade urbana e acessibilidade no conjunto da cidade, beneficiando toda a população”.

Ao término dos debates e construção do documento, foram eleitos os 40 delegados para participar da etapa estadual da Conferência, listados a seguir:

Nome	Segmento
ROSALENE LOPES FERREIRA	Movimentos populares
MARIA DO SOCORRO BATISTA DE MACEDO	
PAULO CESAR SANTOS DE OLIVEIRA	
JAIR MARINHO COTA	
MARIA DAS DORES GUEDES OLIVEIRA	
MARCOS ANTÔNIO RIBEIRO	
EDNEIDE CASSIANO DE MELO	
FRANCISCO SOLON DE OLIVEIRA	
ROZANIA EDNA DE ARAÚJO	
ANA CRISTINA LIMA SANTOS	
RUTH MARIA DA COSTA ATAÍDE	Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa
ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA	
FLÁVIO JOSÉ DA SILVA DANTAS	
ANA ADALGISA DIAS PAULINO	Entidades Empresariais
CARLOS LUIZ CAVALCANTI DE LIMA	
LARISSA DANTAS GENTILE	
LUCIANO ROSAS DE SOUSA	
ARI VITORINO DOS SANTOS	Entidades de Trabalhadores
ERASMO LUIZ GALVÃO	
FÁTIMA MARIA OLIVEIRA VIANA	
MARCIO DE AZEVEDO DIAS	
FRANCISCA EDLEUSA NUNES DANTAS	Organizações não Governamentais
SANDRA REGINA FREIRE PEQUENO	

NOME	SEGMENTO
JANKARLY DE OLIVEIRA MORAIS	Poder Legislativo Municipal
MARIA RÚBIA DE OLIVEIRA COSTA	
HUGO MANSO	
FABRÍCIO BRUNO SILVA	
GEORGE CÂMARA	
ROSA DE FÁTIMA SOARES DE SOUZA	Poder Executivo Municipal
MARCIA APARECIDA SOUSA DA SILVA	
MARIA JOSÉ MEDEIROS	
MARIA DE FÁTIMA ABRANTES	
ANA MIRIAM MACHADO DA SILVA FREITAS	
DANIELLE MARIANO DE OLIVEIRA	
MARIA DA CONCEIÇÃO LEMOS	
MÁRIO REMI MARQUES MOREIRA	
JAIZA MARIA FERNANDES NOBRE DINIZ	
JORGE DE MORAIS MAIA	
MARCOS ANTÔNIO FARIAS ALVES	
ALBERT JOSUÁ NETO	

A etapa municipal deixou um saldo positivo, permitindo o encontro e o debate de todos os segmentos em torno da política de desenvolvimento urbano de Natal, e da participação do Ministério das Cidades neste contexto. Da conferência saíram 40 delegados eleitos para participarem no mês de setembro da etapa estadual da conferência e, de lá um novo grupo formado pelos conselheiros George Câmara, Rosa de Fátima Souza e Wellington Bernardo, partiu no mês de novembro para Brasília para a defesa das propostas, aqui elaboradas em junho de 2013.



RESULTADOS

O ano de 2013 marcou positivamente o ConCidade Natal, pois o processo de criação e publicação do Regimento Interno foi concluído, as reuniões tomaram a efetividade vislumbrada na Lei de sua criação, o município de Natal convocou e realizou a 5ª Conferência das Cidades em nível municipal, o grupo de conselheiros foi renovado e o expediente interno começa a se organizar efetivamente com uma secretaria, além da criação de uma página virtual (em fase de configuração), o que efetivamente firmará a transparência almejada por todos.

Entre as dificuldades encontradas, pode-se afirmar que elas estão centradas na ausência de muitos conselheiros nos trabalhos do Conselho. Esta ausência já levantada em números aponta para uma dispersão de parte dos membros titulares, na maioria das vezes, não substituídos por seus suplentes.

O ano de 2014 trará a este conselho novos desafios, haja vista que o processo de divulgação e eleição de novos membros acontecerá nos meses de março e abril, quando o quadro de conselheiros titulares e seus suplentes, representantes dos movimentos sociais, se renovará, contempla-se a finalização do processo de discussão da Regulamentação das Zonas de Proteção Ambiental (ZPAs), além da instalação da sede do Conselho e do processo de organização interna.